



Enfoque: Reflexão Contábil

ISSN: 1517-9087

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Monteiro, Marcela; de Freitas, Claudio Luiz; Dahmer Pfitscher, Elisete
Ações em prol à sustentabilidade: estudo sobre a agenda 21 catarinense no curso de Ciências
Contábeis nas IES privadas de Florianópolis
Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 32, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp. 21-36
Universidade Estadual de Maringá
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307128852003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ações em prol à sustentabilidade: estudo sobre a agenda 21 catarinense no curso de Ciências Contábeis nas IES privadas de Florianópolis
 doi: 10.4025/enfoque.v32i2.15752

Marcela Monteiro

Bacharel em Contabilidade - UFSC
 monteiro-marcela@hotmail.com

Claudio Luiz de Freitas

Mestre em Contabilidade - PPGC/UFSC
 Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre
 Meio Ambiente e Contabilidade - NEMAC/UFSC
 clfreitas.sp@gmail.com

Elisete Dahmer Pfitscher

Doutora em Engenharia de Produção - PPGEP/UFSC
 Professora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - PPGC/UFSC
 elisete.dahmer@ufsc.br

Recebido em: 16.01.2012

Aceito em: 17.10.2012

2^a versão aceita em: 20.12.2012

RESUMO

A problemática deste estudo fica resumida na seguinte questão problema: Como se encontra o comprometimento e o desenvolvimento de ações em prol à sustentabilidade, em Instituições de Ensino Superior? Nesta perspectiva, este artigo tem por objetivo geral, analisar o comportamento das Instituições de Ensino Superior (IES) de Florianópolis, que ofertam o Curso de Ciências Contábeis, privadas e presenciais, em relação a ações em prol à sustentabilidade, com base na Agenda 21 Catarinense. Para atender a este objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos: verificar a aderência dos critérios com base nesta Agenda; identificar as práticas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino analisadas, com base nos ditames desta Agenda e averiguar se as IES, que não possuem, têm interesse em construir a sua própria Agenda. Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, indutiva, com coleta de dados primária, através de questionário, tendo abordagem qualitativa e quantitativa. A população e amostra, deste estudo, contêm cinco IES, ou seja, representam 100% (cem por cento) de amostragem. No que se refere aos resultados, quanto ao primeiro objetivo específico; identifica-se que as IES possuem aderência a critérios em prol à sustentabilidade. Em relação ao segundo objetivo específico, percebe-se que as práticas comuns nas IES são simples em relação a gama de possibilidades existentes. No terceiro e último objetivo específico, observa-se que, 60% (sessenta por cento) das IES possuem interesse em desenvolver a sua Agenda 21. Conclui-se assim, que os gestores destas IES possuem ideais sustentáveis.

Palavras-chave: Ações-sustentabilidade. Agenda 21 catarinense. Instituições de ensino superior privadas.

Actions to promote sustainability: a study on the agenda 21 and catarinense course of Science in Accounting HIE'S of private Florianópolis

ABSTRACT

The problem of this study is summarized in the following problem question: How is found the commitment and actions in favor of the development of sustainability in the Higher Education Institutions? In this perspective, this article has the general objective of analyzing the behavior of the Higher Education Institutions (HEI's) in Florianópolis, that offer the Accounting Course, privates and presentationals, in relation to actions in favor of sustainability based on Agenda 21 of Santa Catarina. To meet this general objective, this study has the following specifics objectives: to verify the adherence of the criteria based on this agenda, identify the practices developed by educational institutions analyzed based on the criteria of this Agenda and find out if the HIE's, which doesn't have this Agenda,

has interest in build their own. As for the methodology, this study is characterized as described, inductive, with primary data collection through questionnaire and qualitative and quantitative approach. The population and sample, of this study, contains five HIE's, so, represent 100% (hundred percent) of the sample. Regarding to the results, as the first specific objective; identifies that HEI's has adherence to criteria in favor of the sustainable. On the second specific objective, it was noticed that the common practice in HEI's are simple in the range of existents possibilities. In the third and final specific objective, it was observed that 60% (sixty percent) of HEI's has an interest in developing their own Agenda 21. It was concluded, that the managers of these HEI's have sustainable ideals.

Keywords: Actions-sustainability. Agenda 21 of Santa Catarina. Higher education institutions privates.

1 INTRODUÇÃO

A Agenda 21 Catarinense é uma das premissas que mostra aos gestores do estado de Santa Catarina se estão preocupados em efetivar relações de responsabilidade social e sustentabilidade em prol à sociedade. A mesma não se constitui em norma ou regulamentação e sim em uma organização de ideias em virtude do desenvolvimento sustentável. Também se salienta que, a Agenda 21 Catarinense segue as premissas de outras Agendas que se formam com base nas alterações direcionadas ao meio que se deseja aspirar à sustentabilidade, bem como, as maneiras pelas quais se consegue a premissa de uma Agenda 21, que se constitui em se posicionar com envolvimento dos *stakeholders* em prol ao desenvolvimento sustentável.

Ações em prol à sustentabilidade sejam elas de cunho desenvolvimentista, social e político-institucional ou ainda no campo geo-ambiental, são de importância a todos os âmbitos da sociedade. O Estado e a sociedade devem defender e preservar o meio ambiente, de modo que as gerações futuras possam usufruir desse bem de uso comum, garantindo assim, o desenvolvimento sustentável, como bem acentua o artigo 225 da Constituição Federal (1988).

As Instituições de Ensino Superior tem papel importante na aderência, disseminação e prática de ações em prol à sustentabilidade. De modo que este trabalho procura verificar como se encontra a premissa dessas ações nas IES pesquisadas.

A sociedade espera que as Instituições de Ensino Superior atuem na formação de seus

valores, assim como sirvam de modelo, quanto à exposição e exercício de ideias em prol à sustentabilidade e a responsabilidade social.

O documento Agenda 21, não importando o meio o qual represente, traz em seu âmago, diretrizes para o desenvolvimento sustentável e recomendações para que tal desenvolvimento seja obtido.

A Agenda 21 Catarinense foi concebida em março de 2004 em consequência a necessidade de comprometimento por parte do estado, com ações socialmente responsáveis (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004). A mesma retrata em três âmbitos a sustentabilidade pensada para o estado de Santa Catarina, sendo que os âmbitos são o de desenvolvimento, social e político-institucional e o geo-ambiental. Leva-se em consideração a história, os desafios, as premissas e as dificuldades encontradas no meio em questão, para a formulação de estratégias e propostas em detrimento da responsabilidade social.

A sustentabilidade não se apresenta apenas como relevante aos responsáveis pela disseminação do conhecimento, como também importante quanto à necessidade de um adequado comportamento social. A aderência de ações que demonstrem a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, por parte das Instituições de Ensino Superior, reflete o quanto respeitável papel as mesmas desempenham. Em virtude disto, possuem maneiras de se mostrar socialmente responsáveis, desde ações em cunho particular, como por exemplo, a aderência das mesmas a ações em prol à sustentabilidade em sua organização, assim como, ações de cunho expansionista em que as IES podem

prover pesquisas influenciadoras da opinião e disseminação da aderência de atitudes sustentavelmente corretas, ou ainda, podem desenvolver projetos e parcerias com este objetivo.

Portanto, o tema deste trabalho é investigar quais as ações desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior de Florianópolis, que ofertam o Curso de Ciências Contábeis, privadas e presenciais.

Com o intuito de reger o tema deste estudo, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como se encontra o comprometimento e o desenvolvimento de ações em prol à sustentabilidade, em Instituições de Ensino Superior?

Tendo em vista a necessidade do debate a respeito do problema proposto, o objetivo geral deste trabalho foi o de analisar o comportamento das Instituições de Ensino Superior de Florianópolis, que ofertam o Curso de Ciências Contábeis, privadas e presenciais, em relação a ações em prol à sustentabilidade, com base na Agenda 21 Catarinense.

Com o intuito de atingir o objetivo geral, é necessário contemplar os seguintes objetivos específicos: (i) verificar a aderência dos critérios com base nesta Agenda; (ii) identificar as práticas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino analisadas, com base nos ditames desta Agenda; e (iii) averiguar se as IES, que não possuem, têm interesse em construir a sua própria Agenda.

Quanto à justificativa, o tema proposto satisfaz as condições de Castro (1977) a respeito da originalidade, importância e viabilidade. Além disso, contribui para o avanço do conhecimento em termos sociais e acadêmicos. Ressalta-se, também, que a questão pessoal influenciou na escolha do tema.

Este estudo é relevante pela importância de as Instituições de Ensino Superior serem aderentes a ações em prol à sustentabilidade, uma vez que as mesmas são disseminadoras do conhecimento. Justifica-se a importância desta

pesquisa no contexto social e acadêmico; no campo social por oferecer uma contribuição ao cidadão comum acerca de informações que permitem analisar o comprometimento das IES analisadas, perante a sociedade, em relação a ações em prol à sustentabilidade, assim como, estas informações podem proporcionar ao pesquisador e a academia, ampliação do estudo, resultando assim, em novas pesquisas. Ressalta-se ainda que o tema proposto contribui para o avanço do conhecimento em termos sociais, uma vez que ações em prol à sustentabilidade são instrumentos do desenvolvimento sustentável, levado em consideração que os cidadãos são beneficiados com a garantia de uma melhor qualidade de vida, quando a mesma é pautada neste desenvolvimento.

Em relação à originalidade, a mesma é observada com base no procedimento estruturado e revisão de literatura adotado nesta pesquisa, conforme evidencia a seção 3. Tal procedimento resultou em 140 (cento e quarenta) artigos, dos quais 9 (nove) artigos traziam temáticas relacionadas a este estudo e, dentre estes, apenas 2 (dois) traziam em seu âmago a relação com Instituições de Ensino Superior e 1 (hum) deles a temática da Agenda 21. No entanto, nenhum deles abordou o foco da presente pesquisa: verificar o comportamento das Instituições de Ensino Superior de Florianópolis, que ofertam o Curso de Ciências Contábeis, privadas e presenciais, em relação a ações em prol à sustentabilidade, com base na Agenda 21 Catarinense. O período de análise desta pesquisa foi o do segundo semestre de 2011. Percebe-se, com isso, que o tema escolhido é original.

O presente trabalho é viável, uma vez que preenche os requisitos de tempo, bibliografia e coleta de dados. O período de tempo foi suficiente para atender aos objetivos específicos propostos. Apesar de terem sido encontrados poucos artigos relacionados ao tema, identificou-se que o material encontrado foi suficiente para o embasamento teórico necessário para levar a pesquisa adiante. Os dados referentes às ações em prol à sustentabilidade, com base na Agenda 21 Catarinense, foram coletados através da aplicação de questionário nas IES em questão,

elencadas na amostra desta pesquisa. Sendo os pesquisadores atendidos por todas as Instituições de Ensino Superior pretendidas.

Como delimitação do estudo, cumpre esclarecer que foram utilizadas apenas as IES delimitadas nesta pesquisa, pela falta de tempo hábil na aplicação do questionário proposto. Dessa forma, os resultados dos objetivos propostos abrangem o período analisado, não podendo, os mesmos, serem considerados os resultados apresentados para outro espaço temporal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade em virtude da globalização, evolução e sincronização da interação entre os seres vivos, o meio ambiente e o que é produzido por ambos, tem adquirido grande relevância quanto a sua necessária compreensão e aplicação. As empresas cada vez mais vêm se adaptando em função da necessidade e boa repercussão a sua imagem, por possuir consciência e práticas sustentáveis.

A Comissão de Desenvolvimento Sustentável do IBGE (2004, apud FEICHAS; GUIMARAES; BEZERRA, 2008, p. 2), apresenta definição semelhante a de *Brundtland*, esclarecendo que

Desenvolvimento Sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras... é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Neste sentido Gray (2010) entende que ao adotar a definição *Brundtland*, adota-se uma combinação entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, mas destaca que pode nunca existir uma definição precisa e confiável de sustentabilidade.

Assim, embora tenha que se levar em consideração que diferentes realidades e necessidades implicam diferentes entendimentos de sustentabilidade, Gallopín (2003, apud FEICHAS; GUIMARAES; BEZERRA, 2008) como também, implicam em diferentes indicadores. Isto evidencia que a participação da população em buscar definição à sustentabilidade conforme seus interesses e suas percepções é um processo natural e necessário à difusão do desenvolvimento sustentável.

Resumindo, o conceito de sustentabilidade traduz-se em busca de soluções que respeitem as especificidades de cada cultura, cada ecossistema e cada local. A sustentabilidade ambiental demanda uma gestão integrada capaz de evitar e solucionar conflitos e de promover a organização de um processo cooperativo que estimule diversos atores sociais à participação, à cooperação e à comunicação na superação de uma visão utilitarista, que concebe o meio ambiente apenas como provedor de recursos naturais. Dentro disto, as instituições educacionais têm um papel fundamental em relação a essa sustentabilidade e por isso, seus processos e serviços devem levar em consideração os níveis: individual, organizacional, político-econômico, sócio-cultural e ecológico, UNESCO (1999, apud GUISO; ENGELMAN, 2008).

Práticas de sustentabilidade como: A Declaração de *Kyoto*, a qual visava dentre vários aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável global, também salientar a capacidade das universidades de ensinar e empreender na pesquisa e na ação dos princípios sustentáveis do desenvolvimento, assim como, pregava que as Instituições de Ensino Superior deveriam sentir-se encorajadas a rever suas próprias ações, refletindo sobre as próprias práticas sustentáveis do desenvolvimento, *The Kyoto Declaration* (1993, apud GUISO; ENGELMAN, 2008); O ELAUS (Encontro Latino Americano de Universidades Sustentáveis), que tem como objetivo reunir e expor práticas e pesquisas em andamento nas IES da América Latina; Assim como, o lançamento de norma de implementação para Sistemas de Gestão Ambiental NBR ISSO 14001 (ISO 1996); Pesquisa realizada em mais

de cem universidades em diversas partes do mundo por Careto e Vendeirinho (2003, apud GUISSO; ENGELMAN, 2008), a respeito das experiências em relação à sustentabilidade desenvolvida pelos campi, foram identificadas diversas práticas neste sentido como políticas de gestão ambiental, guia de boas práticas de ações sustentáveis, auditoria ambiental para indicar melhorias, utilização de indicadores ambientais, acompanhamento e análise sobre a questão da sustentabilidade, diagnóstico dos impactos significativos para o ambiente, [...]; dentre outras ações, evidenciam uma sociedade aliada ao desenvolvimento sustentável.

Cumpre destacar, ainda, a necessidade de se associar o conceito de sustentabilidade a gestão socioambiental, como meio facilitador da promoção da sustentabilidade institucional. (OLIVEIRA, 2009).

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social, apresentada pela literatura, possui várias definições, sem um consenso definido pelos autores (DIAS, 2006), mas em linhas gerais, entende-se que, no contexto prático, a responsabilidade social consiste em promover atitudes e comportamentos que comportem elementos e fatores sociais, culturais e ambientais que visem a sua própria integração e o atendimento das necessidades e expectativas emanadas pela comunidade, independente de normatização e/ou legislação que obrigue a instituição a adotar tais atitudes e/ou comportamentos. ARAYA (2003).

Entende-se, portanto, que é neste contexto que a organização se compromete com a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da sociedade para a qual oferece seus produtos e/ou serviços.

No entanto, frente às definições apresentadas pela literatura, as discussões apresentadas na sequência, evidenciam a conceituação de responsabilidade social, que se assume como norteadora para o desenvolvimento desta pesquisa.

Para Oliveira (2002 apud BOFF; ORO; BEUREN, 2008, p. 6), a responsabilidade social “é o

objetivo social da empresa somado à sua atuação econômica. É a inserção da organização na sociedade como agente e não somente econômico”. Rosini e Palmisano (2003, apud BOFF; ORO; BEUREN, 2008) salientam que, a responsabilidade social trata da conscientização da parcela de responsabilidade que cabe a cada setor da sociedade e a cada indivíduo desta, em relação à própria sociedade, sendo que esta conscientização complementa a ética, mental e efetivamente, uma vez que esses conceitos só têm valor à medida que se transformam em ações. Em linhas gerais a responsabilidade social é um compromisso vinculado à conscientização populacional, da necessidade do bem estar comum, não só em relação ao meio ambiente, assim como, em relação a uma boa distribuição de renda, por exemplo.

A definição de responsabilidade social tem se ampliado, passando de exclusiva aos estudiosos à sociedade em geral. Segundo Melo e Froes (2002, apud ALBERTON; CARVALHO; CRISPIM, 2004), existem várias definições de responsabilidade social, as quais se distinguem de acordo com a visão a seu respeito e com relação às atividades de cada empresa. A responsabilidade social, de acordo com D’Ambrósio (1998, apud ALBERTON; CARVALHO; CRISPIM, 2004, p. 6), vem a ser a “decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrente do tipo de atividade que exerce”. Estas definições mostram que as entidades estão conscientizando-se de que a responsabilidade social é essencial para o desenvolvimento empresarial e, também, para o seu prestígio junto à sociedade.

Ações como, ter um planejamento ambiental, ser adepto ao *marketing* verde e elaborar o Balanço Social, são exemplos de ações socialmente responsáveis, as quais as empresas têm recorrido para se mostrarem dispostas ao desenvolvimento sustentável.

A Contabilidade, quanto a sua participação à responsabilidade social e ao meio ambiente, tem sofrido grandes avanços. Segundo Alberton, Carvalho e Crispim (2004) dentro dos meios

acadêmicos pode-se afirmar que as publicações sobre este segmento, apesar de já ser considerável em número, a tendência é de crescimento.

2.3 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A gestão socioambiental, por sua complexidade e extensão deve ser interpretada como o conjunto de elementos que compõem um todo relacionado aos diversos fatores que circundam e envolvem a questão socioambiental organizacional. (PHILIPPI JR.; BRUNA, 2009).

É neste sentido, que se sustenta o entendimento de que a gestão socioambiental é uma incorporação à gestão estratégica organizacional, não podendo, sob nenhuma perspectiva, ser entendida fora deste contexto ou como algo desmembrado e/ou desvinculado da gestão estratégica organizacional e institucional. (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

Cumpre ressaltar, no entanto que os conceitos sobre gestão ambiental são diversos, cabendo a cada segmento da sociedade distinguir qual a melhor definição a seguir como modelo, ou definir a criação de sua própria definição. Dentre as conceituações sobre gestão ambiental, tem-se que a mesma é definida como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização na sua interface com o meio ambiente. É a forma pela qual a empresa se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada, Donaire e Maimon (1999 apud GUISSO; ENGELMAN, 2008).

Gestão ambiental é o conjunto das atividades administrativas e operacionais, tais como, planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas, com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, ou ainda, evitando que eles surjam (BARBIERI, 2007 apud FRANCO et al., 2010).

Partindo-se da premissa de que a gestão ambiental não se restringe mais a um

determinado grupo de empresas que se utilizam dos recursos naturais para o desenvolvimento de suas atividades, mas estende-se a qualquer tipo de organização e comunidade em geral, Ferreira (2003, apud BOFF; ORO; BEUREN, 2008, p. 6) alerta que “a gestão ambiental pode começar, muitas vezes, pela iniciativa individual de um funcionário ou de um grupo deles. Pode ser a partir de uma coleta seletiva de lixo com a separação do papel, latas e vidros”. Em muitas situações nem se percebe, mas se está gerenciando o meio ambiente ou praticando a gestão ambiental: quando se reutiliza um recipiente; se utiliza as sacolas plásticas do mercado para depósito de lixos; se reutiliza papel para rascunho; se vai de carona ao invés de ir de condução própria. Sendo assim, possuir gestão ambiental é estar desenvolvendo processo educacional em prol à responsabilidade social. Conforme Giesta (2008) a educação no processo de Gestão Ambiental articulada intimamente à Educação Ambiental visa promover uma mudança de concepção das questões relacionadas.

Em relação ao papel das IES em virtude a uma gestão ambiental, tem-se, segundo Careto e Vendeirinho (2003, apud GUISSO; ENGELMAN, 2008) que na essência, com um leque tão grande de impactos potenciais, uma gestão ambiental bem sucedida de escolas e universidades requer uma aproximação à gestão ambiental similar à que pode ser aplicada a pequenas cidades, mas com especificidades próprias. Quanto a estas especificidades pode-se destacar, levar em consideração o tamanho da IES, quais impactos ambientais gera através de suas atividades, o rol de repercussão do conhecimento gerado pela IES, dentre outros.

2.4 AGENDA 21

Os problemas do mundo atual levaram a bem conhecida reunião de 1992, no Rio de Janeiro/Brasil, onde a Agenda 21 foi concebida, Agenda 21 (1992, apud QUEIROZ, 2008). A Agenda 21 traz em seu contexto o conceito de desenvolvimento sustentável e uma série de recomendações para que tal desenvolvimento seja obtido. A Conferência das Nações Unidas

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi um marco com relação à questão do desenvolvimento visto que apresentou princípios norteadores de decisões e ações, na Declaração do Rio; propôs-se a Agenda 21 Global como plano de ação a ser implementado em diferentes esferas da divisão política administrativa – país, estado, município, bairro, distrito – num processo de ampla participação; e criou o *Global Environment Facility*, fundo internacional destinado a financiar a implantação das Agendas 21 locais, com recursos aportados pelos países desenvolvidos (GUIMARAES, 2008, apud FEICHAS; GUIMARAES; BEZERRA, 2008).

No Brasil, a Agenda 21 teve seu início em 1997, as vésperas da Rio+5, com a formação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, constituída por representantes do Poder Executivo Federal e da Sociedade Civil. O trabalho levado a cabo no âmbito nacional de forma participativa resultou nos documentos: Ações Prioritárias e Resultados da Consulta Nacional, que refletem o pensamento daqueles que participaram da Comissão e das discussões nos estados sobre diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável a ser buscado. (FEICHAS, GUIMARAES E BEZERRA, 2008).

Conforme indicado por Malheiros, Philippi e Coutinho (2008, apud FEICHAS; GUIMARAES; BEZERRA, 2008) dos 5.557 municípios brasileiros, em 2002 apenas 29,7% haviam iniciado o processo de elaboração da Agenda 21 Local, 59,9% não o haviam iniciado e 10,4% desconhecem o que seja a Agenda. Outro aspecto relacionado é o baixo índice de implementação e acompanhamento. O exame dos documentos publicados no âmbito nacional relativos à Agenda 21 mostra um esforço grande na definição de dimensões que refletissem os diferentes aspectos do desenvolvimento sustentável, a elaboração de estratégias e de 21 objetivos, relacionados com as dimensões apresentadas. (FEICHAS, GUIMARAES; BEZERRA, 2008). Ainda dentro das carências e consequentes necessidades de aperfeiçoamento que o processo das Agendas necessita para serem implementadas de forma adequada, Malheiros, Philippi e Coutinho (2008, apud

FEICHAS; GUIMARAES; BEZERRA, 2008) indicam que os documentos produzidos carecem do estabelecimento de metas e de indicadores que propiciem o acompanhamento da implantação da Agenda 21.

A sociedade de uma forma geral é levada a pensar, decorrente os impactos de uma sociedade ritmada ao consumo exacerbado, em uma forma de desenvolvimento sustentável, a partir de ações de sustentabilidade, responsabilidade social, gestão ambiental, as quais devem possibilitar o crescimento econômico-financeiro, cultural e organizacional como um todo, sem comprometer os recursos necessários às gerações seguintes. Desta forma, conforme Lima (2008, p. 2),

[a] [e]ducação [a]mbiental tem sido apresentada como uma das alternativas para levar o ser humano a discutir o reflexo de suas ações sobre a natureza. Essa alternativa fica evidente a cada Conferência Mundial, na Constituição Brasileira, na Agenda 21 Global Nacional e Local e na prática cotidiana dos diversos setores da sociedade.

A Agenda 21 Brasileira e as Agendas 21 Locais, como é o caso da Agenda 21 Catarinense, representam um mecanismo de planejamento participativo importante para definição dos rumos do desenvolvimento para cada comunidade. Para que as ações determinadas nestas pautas de ações em prol à sustentabilidade sejam postas em prática, é necessário motivação e controle com as mesmas. A questão não pode ser tida apenas com o estabelecimento de múltiplos critérios, mas sim, com a definição de parâmetros que subsidiem a tomada de decisão com base nas ações determinadas pelas Agendas. Pode-se inferir que apesar de iniciado o processo de pauta de ações em prol à sustentabilidade, através das Agendas 21, muito se tem para fazer, de maneira que essas Agendas sejam seguidas e aperfeiçoadas, para que possam servir como os principais balizadores do desenvolvimento sustentável.

Quanto às atitudes das IES, conforme Guisso e Engelman (2008, p. 4) “[m]uitas ações e iniciativas por parte de gestores e representantes

das IES foram tomadas como a aprovação do plano de ação global para o desenvolvimento sustentável na Rio 92, chamado Agenda 21".

A Agenda 21 Catarinense, a qual tem como objetivo geral “[...]ferecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina, visando satisfazer as necessidades da população” (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004, p. 19), se constitui como um direcionador de ações em prol à sustentabilidade levando em consideração as especificidades do Estado de Santa Catarina. Segundo Marchesini (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004, p. 9) a Agenda 21 Catarinense não configura

[...] numa receita pronta, que pode ser utilizada em todos os casos e em todos os momentos, nela temos um rumo, a determinação de que precisamos discutir permanentemente o desenvolvimento sustentável que nos cabe. Também não temos certeza que esta seja a garantia da sobrevivência do planeta e da vida sobre ele. Por mais otimistas que sejamos não podemos garantir que o Desenvolvimento Sustentável se configure na verdadeira fórmula para a salvação da Terra, mas é o que temos agora e, até que tenhamos algo melhor, deve ser a nossa luta.

Assim, a Agenda 21 Catarinense traz como alguns de seus objetivos específicos os de realizar diagnóstico socioeconômico e ambiental; formular propostas que visem incluir a população catarinense no rumo da tecnologia da informação; superar a fase do crescimento econômico com degradação ambiental, pela utilização mais eficiente das matérias-primas e dos insumos produtivos. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004). Dentre outros, estes objetivos específicos determinam em detalhes, a conciliação entre a situação presente do Estado e a que está por vir, com base em ações pautadas na Agenda 21 Catarinense.

Considera-se o fato de se organizar em um planejamento sustentável, podendo o mesmo ser tido como Agenda 21, ou não, de fundamental importância para que as questões sociais sejam pensadas à sociedade como um todo e com a

abrangência e devida importância que se deve ter com as questões éticas e ambientais. Levado em consideração que as Agendas 21 são ideias em prol à sustentabilidade, pautadas de forma que isto sirva como um planejamento de melhorias ao longo do tempo, podendo o foco sustentável ser no campo do desenvolvimento, no campo social e político ou na área ambiental, a Agenda 21 Catarinense é pensada nestes três âmbitos e tem-se a seguir um breve apanhado sobre cada uma dessas seções.

A Agenda 21 Catarinense está dividida em três seções, sendo elas: Seção A - Sustentabilidade do Desenvolvimento. Esta seção leva em consideração a estrutura e cooperação entre as regiões do estado; a mudança no padrão de consumo e produção da sociedade; os campos da indústria; comércio; serviços; turismo; agricultura e pesca; ciência e tecnologia e biotecnologia. Há também a seção B - Sustentabilidade Social e Político-Institucional. Nesta seção há a abrangência sobre a inclusão e a redução das desigualdades sociais; a demografia e as cidades; a saúde; a educação, cultura e o desporto; os direitos humanos; respeito às minorias; proteção à infância, à adolescência e ao idoso; as organizações não governamentais e as autoridades locais. E por fim a seção C - Sustentabilidade Geo-Ambiental, a qual abrange o meio ambiente na maior parte da sua diversidade de existência.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Em relação à metodologia da pesquisa, este estudo caracteriza-se, com relação à natureza, como descriptivo (Gil, 2007); uma vez que visa à análise do comportamento das Instituições de Ensino Superior quanto à aderência as ações em prol à sustentabilidade, em termos de sua composição e interesse de adesão a novas práticas, com base na Agenda 21 Catarinense.

Face ao desconhecimento do comportamento das Instituições de Ensino quanto à prática das ações em prol à sustentabilidade, as quais se caracterizam como de importância para se verificar o quão comprometidas com a sustentabilidade estão as Instituições, levado em consideração os objetivos estabelecidos na

Agenda 21 Catarinense, este estudo caracteriza-se como indutivo quanto a lógica da pesquisa. (RICHARDSON, 1999).

Os procedimentos técnicos utilizados neste trabalho, dizem respeito a um levantamento ou *survey* e pesquisa de campo. Segundo Tripodi, Fellin e Meyer (1981, apud GALLON; BEUREN; HEIN, 2008, p. 148), “pesquisas que procuram descrever com exatidão algumas características de populações designadas são tipicamente representadas por estudos de *survey*”, visto que esta pesquisa considera os dados coletados a partir da aplicação de um questionário nas Instituições de Ensino analisadas; e pesquisa de campo, porque o questionário com 10 (dez) questões foi aplicado pelos pesquisadores em contato direto com as Instituições, sendo que houve a visita dos pesquisadores às mesmas para a coleta dos dados. Conforme Ruiz (1988, apud MACIEL et al., 2009, p. 141), “a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises”. Sendo assim, a coleta de dados deste trabalho se utiliza de dados primários, pois se baseia em dados obtidos diretamente em campo. (RICHARDSON, 1999).

Quanto à abordagem do problema pode-se considerar a presente pesquisa como qualitativa (RICHARDSON, 1999), uma vez que objetiva investigar o comportamento das Instituições de Ensino de Florianópolis em relação ao desenvolvimento de ações em prol da sustentabilidade, assim como, quantitativa, pois a mesma envolve coletar e analisar dados numéricos e aplicar testes estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. (RICHARDSON, 1999).

A seleção de trabalhos que compõem o referencial teórico compreendeu um procedimento estruturado de seleção e revisão de literatura, baseado no Knowledge Development Process - Constructivist (ProKnow-C) (ENSSLIN et al., 2010). Para tanto se delimitou, inicialmente, a seleção aos periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade / Ciências Contábeis

recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e aos Congressos reconhecidos, pela CAPES, como nível E1, diretamente vinculados a área contábil, e com anais disponíveis online, sendo eles: Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) e Congressos USP de Controladoria e Contabilidade (USPCC) e Iniciação Científica (USPIC).

A busca de artigos relacionados ao tema do estudo foi realizada nos sites dos referidos periódicos e congressos, abrangendo o período de 2000 a 2011 (sendo o evento ANPCONT explorado apenas a partir do ano de 2007, quando tem seu início). Foram procurados artigos que possuíssem a seguinte combinação de palavras em seu título, resumo ou palavras-chave (sendo que em alguns casos, houve a necessidade da procura das seguintes palavras, ao longo do texto do artigo): Agenda 21, Agenda ambiental, Gestão ambiental, Responsabilidade social, Sustentabilidade ambiental.

Em virtude da limitação de resultados ampliou-se a seleção, também, para os anais do Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA) e outras fontes bibliográficas que agregassem ao referencial teórico.

Para o ENGEMA, a busca foi feita apenas no ano de 2008 pela indisponibilidade *online* dos anais do encontro, sendo a mesma realizada através de CD *room* do evento.

Adicionalmente acrescentou-se, por seu enquadramento e pertinência ao contexto da pesquisa, referências bibliográficas externas às selecionadas pelo processo estruturado de revisão e seleção de literatura.

Diante desses critérios, foram identificados 140 (cento e quarenta) artigos científicos distribuídos entre os 13 (treze) periódicos, 2 (dois) congressos e o Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente, no período delimitado de busca. Dentre os 140 (cento e quarenta) artigos detectados, 9 (nove) foram selecionados para compor o referencial teórico

da presente pesquisa, em função do alinhamento ao tema abordado.

Além desses artigos foi necessária a busca em fonte diversa das citadas até então. Tendo em vista que o embasamento para a construção do questionário desta pesquisa foi feito tomando como referência a Agenda 21 Catarinense.

Em relação à população e amostra desta pesquisa, após se estabelecer que a população deste estudo fosse composta pelas Instituições de Ensino Superior de Florianópolis, que ofertassem o curso de Ciências Contábeis, fossem privadas e presenciais, fez-se imprescindível o levantamento de quantas são as Instituições que compõem esta delimitação, bem como quais são estas Instituições. Com o intuito de obter essas informações, visitou-se o sítio eletrônico do Ministério da Educação (<http://www.mec.gov.br/>).

Em visita ao sítio eletrônico mencionado, verificou-se que pertence a delimitação dada a cima 5 (cinco) IES. Estas são tanto a população quanto a amostra desta pesquisa, o que a constitui como censo. Contudo, não haverá a divulgação do nome das IES selecionadas, sendo criada codificação correspondente quando necessário falar de cada uma delas.

Como procedimento para coleta de dados deste trabalho se utiliza da aplicação de questionário nas IES pesquisadas. Conforme Gil (2009, p. 39), “questionário é um método de coletar dados no campo, de interagir com o campo composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar”.

O questionário elaborado é composto por 10 (dez) questões, sendo 9 (nove) delas subdivididas em grupos de 3 (três) questões, os quais se referem sequencialmente as seções encontradas na Agenda 21 Catarinense, e a décima questão se constitui de cunho geral. As questões apresentam-se na seguinte configuração: a questão 1 (hum) é fechada, com resposta do tipo dicotômica; as questões dois, três, cinco, seis, sete, oito e nove são fechadas/abertas e as questões 4 (quatro) e 10

(dez) são fechadas do tipo respostas múltiplas. Procurou-se, com as questões com parte da resposta a ser apresentada de maneira aberta, melhor dimensionar o que se abordou nas mesmas. Nas questões em que se fez necessário a identificação das IES, as mesmas foram enumeradas de 1 (hum) a 5 (cinco).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSÃO DOS RESULTADOS

Aqui, responde-se o objetivo geral do estudo por meio dos objetivos específicos elencados para o mesmo. Sendo que os resultados encontrados são identificados conforme as questões do questionário utilizado na pesquisa.

Primeiramente se apresenta os resultados referentes à busca para identificar se as IES possuem aderência a critérios em prol à sustentabilidade, em relação aos ditames apresentados nas seções da Agenda 21 Catarinense, as quais são trazidas ao estudo, no referencial teórico do mesmo. Este questionamento se refere ao primeiro objetivo específico desta pesquisa.

Na primeira questão, quando se questionou se as IES investem e/ou se utilizam de inovações tecnológicas sustentavelmente corretas, as respostas obtidas representadas pela moda e neste caso, pode-se dizer que a moda representa a totalidade das respostas, foi a de que, sim, as IES se utilizam de inovações tecnológicas.

As questões três, seis e nove, procuravam verificar se as IES possuem pesquisa no âmbito da sustentabilidade aliada à, respectivamente: desenvolvimento econômico; quanto ao campo social, político-institucional e relacionada à temática ambiental. Na questão 3 (três) não foi possível identificar a moda das respostas, pois foi constatado que duas IES não possuem pesquisa no âmbito questionado, duas possuem e uma não se sentiu confortável em responder a esta questão.

Quanto a questão 6 (seis), tem-se como moda o fato de não possuir pesquisa no âmbito abordado, ressaltando-se a disparidade em relação às questões 3 (três) e 9 (nove).

Na questão nove, verifica-se a impossibilidade de identificar a moda das respostas, pelo mesmo fato elencado na questão três.

Com base nas respostas, identifica-se que os respondentes possuem conhecimento sobre as pesquisas desenvolvidas nas IES. Sendo que um dos respondentes justificou o fato de a IES não possuir pesquisa em nenhum dos âmbitos listados, por a mesma possuir núcleo de pesquisa recente, sendo que as pesquisas a serem desenvolvidas ainda não estavam definidas.

Também buscando responder ao primeiro objetivo específico, têm-se as questões 4 (quatro) e 8 (oito). A questão 4 (quatro) objetivava constatar se as IES possuem parceria para o desenvolvimento de projetos em prol ao desenvolvimento sustentável e caso as mesmas possuíssem foi solicitado ao respondente que indicasse em qual âmbito, assim como, que atribuísse valor a parceria a qual possuísse, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). As respostas obtidas, por meio de escala de razão, seguem no Gráfico 1, do tipo histograma.

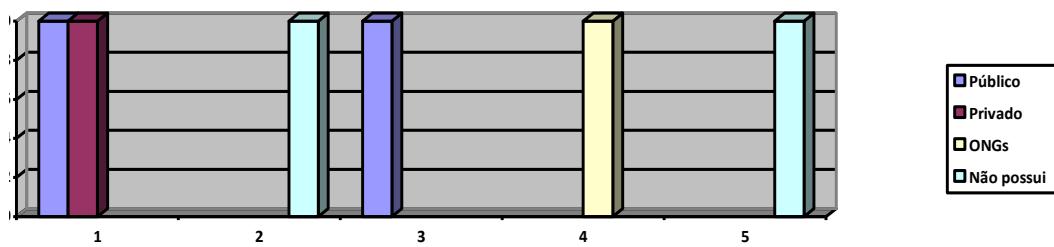


Gráfico 1 - Parcerias para o desenvolvimento de projetos em prol do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode verificar todas as parcerias possuídas pelas IES receberam atribuição de valor igual a 10 (dez), o que se relaciona a satisfação que as mesmas têm em relação as suas parcerias. No Gráfico, no eixo horizontal têm-se as respostas por IES. Sendo que, quanto ao eixo vertical, também se atribuiu valor 10 (dez) ao fato de não se ter parceria, para melhor visualização das respostas.

A questão 8 (oito), última questão com o intuito de respaldar o primeiro objetivo específico, solicitava que o respondente informasse se a IES possui aderência a certificação ambiental 14001, à outra certificação ambiental ou se não possuía certificações.

A resposta unânime foi a de que as IES não possuem certificação ambiental. Conclui-se com esta resposta, considerada a amostra e população da pesquisa, que certificações

ambientais são pouco difundidas nas IES.

Com base nos resultados referentes ao primeiro objetivo específico, verifica-se que as IES possuem aderência a critérios em prol à sustentabilidade, em relação aos ditames apresentados nas seções da Agenda 21 Catarinense, embora tenha sido constatado que a profundidade de aderência não seja intensa.

Para respaldar ao segundo objetivo específico, o de identificar quais as práticas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino analisadas, quanto à sustentabilidade, também com base na Agenda 21 Catarinense, têm-se as questões dois, cinco e sete. Na pergunta 2 (dois), há o questionamento quanto, se as IES são difusoras de ideias em prol a mudança dos padrões de consumo de serviços e produtos, da sociedade. As respostas encontram-se elencadas no Gráfico 2.

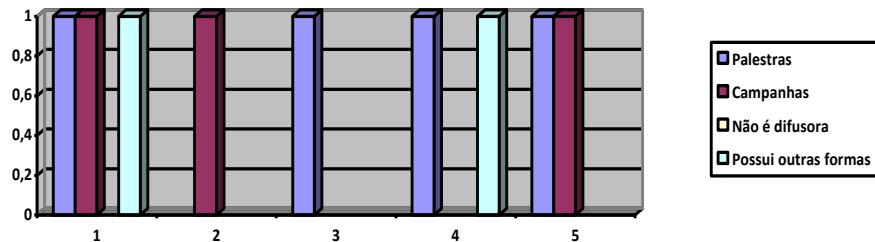


Gráfico 2 - Formas de difusão de ideias em prol da mudança dos padrões de consumo de serviços e produtos, da sociedade, utilizadas pela IES

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que as IES possuem engajamento a uma gestão ambiental. Como destacado por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) as ações provenientes da iniciativa privada devem promover a sustentabilidade bem como a gestão ambiental para um desenvolvimento sustentável em uma IES. Semelhante a que pode ser aplicada a pequenas cidades, mas com suas particularidades, o que está em um bom encaminhamento levado em consideração os instrumentos utilizados pelas IES em questão.

Quanto a exemplos de outras formas de difundir as ideias em questão, apenas 2 (duas) das IES analisadas se encaixaram nesta opção de resposta, tendo como exemplos, o apoio à campanhas externas relacionadas ao assunto e o desenvolvimento de jornada acadêmica com apresentação de trabalhos desenvolvidos pelos alunos.

Na questão 5 (cinco), se indagou, se a IES se utiliza de alguns dos meios que procuram amenizar a desigualdade social existente na sociedade, elencados na questão. Para melhor visualização dos dados, apresentam-se os mesmos organizados em um Gráfico de setores (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Meios para amenizar a desigualdade social existente na sociedade, utilizados pela IES.

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se pequena disparidade entre as IES quanto às formas que as mesmas se utilizam para amenizar as desigualdades sociais existentes na sociedade, em relação aos aspectos elencados. Assim como, observa-se que nenhuma delas deixa de contribuir com a redução da desigualdade social.

Como exemplos de outras maneiras, as quais as IES se utilizam, diferentes das elencadas, tem-se palestras relacionadas ao assunto, desconto nas mensalidades e participação em campanhas a respeito.

A questão 7 (sete) finaliza o fechamento do respaldo ao segundo objetivo específico, a qual indagava a respeito de quais ações em prol à sustentabilidade ambiental as IES possuem. Para a análise desta questão se utilizou do cálculo da média aritmética das respostas, da parte fechada das mesmas, de modo que as alternativas foram enumeradas de 0 (zero) a 3 (três) e foi atribuído o valor de 1 (hum) a 4 (quatro) para as mesmas, respectivamente.

0 -	1
1 -	2, 2, 2, 2
2 -	3, 3, 3
3 -	4, 4
Média aritmética	26/10=2,6

Quadro 1 - Elenco das respostas obtidas na questão 7.

Fonte: Dados da pesquisa.

Através do cálculo da média, tem-se que a concentração das respostas se deu entre a questão 1 (hum) e a questão 2 (dois), o que mostra que as IES são preocupadas com o descarte correto do lixo, assim como, com maior racionamento de energia, conforme indicado nas questões.

Dentre os exemplos dados pelas IES, de fontes alternativas de ações em prol da sustentabilidade, estão avisos de conscientização do uso dos recursos (água, luz...) espalhados pela IES e os setores da faculdade centralizarem o uso de vários computadores em uma única CPU. Segundo Ramalho, Uhlmann, Pfitscher e Rabelo (2010) uma gestão com enfoque ambiental, exige que se conheça os aspectos e impactos ambientais que as atividades de determinada entidade podem ocasionar ao meio ambiente. Percebe-se pequena quantidade de opções de formas diferentes de práticas em prol da sustentabilidade, o que sugere ainda haver aprimoramentos a serem feitos pelas IES, em relação a este assunto, por as mesmas, conforme mencionado no referencial teórico deste trabalho ter papel fundamental na caminhada sustentável.

Buscando-se atender ao terceiro e último objetivo específico da pesquisa, o de averiguar se as IES possuem interesse em construir a sua própria Agenda 21, tem-se a questão 10 (dez), a qual questionava justamente o mencionado.

Pelas respostas da questão e considerando a frequência das mesmas, percebe-se que apesar de nenhuma IES estar desenvolvendo a sua Agenda 21, a maioria possui interesse em tê-la, sendo surpresa encontrar IES dentre as respondentes, visto a significância de se ter Agenda 21, a qual não possui interesse em ter a sua Agenda. Destaca-se que uma das IES preferiu não se manifestar em relação ao questionado.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

A análise feita, com base na coleta em campo dos dados desta pesquisa, é a de que o tema aqui abordado é pouco explorado nas IES analisadas, sendo um dos quesitos para esta observação, a falta de profissionais relacionados à área de planejamento e gestão e/ou sustentabilidade nas mesmas, à receptividade desta pesquisa.

O presente trabalho teve como objetivo analisar o comportamento das Instituições de Ensino Superior de Florianópolis, que ofertam o Curso de Ciências Contábeis, privadas e presenciais, em relação a ações em prol à sustentabilidade, com base na Agenda 21 Catarinense. Para respaldar o objetivo da pesquisa se elencou como problemática da mesma, a seguinte questão: Como se encontra o comprometimento e o desenvolvimento de ações em prol à sustentabilidade, em Instituições de Ensino Superior? Com isso, identifica-se que o objetivo deste trabalho foi alcançado, assim como, sua pergunta de pesquisa foi respondida. A população e amostra desta pesquisa foram as 5 (cinco) IES, de Florianópolis, que ofertam o curso de Ciências Contábeis, privadas e presenciais. Aplicou-se questionário, em campo, nas IES pesquisadas, o qual foi elaborado com base nos ditames da Agenda 21 Catarinense, e constituiu como instrumento de coleta dos dados da pesquisa, para que se pudesse atender aos seguintes objetivos específicos: verificar a aderência dos critérios com base nesta Agenda; identificar as práticas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino analisadas, com base nos ditames desta Agenda; e averiguar se as IES, que não possuem, têm interesse em construir a sua própria Agenda.

Para atender as essas três indagações, as quais norteiam este trabalho, foi construído um questionário composto por 10 (dez) questões, sendo que na maioria delas há a mescla de parte fechada e parte aberta, tendo por base o referencial teórico que informa o tema e o documento da Agenda 21 Catarinense.

Em relação ao primeiro objetivo específico pode-se identificar que as IES analisadas possuem aderência a critérios em prol à sustentabilidade, por em proporções diferentes e mesmo que de forma não generalizada, as IES possuírem inovações tecnológicas, pesquisas relacionadas a diferentes âmbitos da sustentabilidade, assim como, pelo fato de possuírem parcerias para o desenvolvimento de ações em prol à sustentabilidade. Ressalva-se que a questão certificação ambiental não é difundida nas IES pesquisadas, sendo que nenhuma delas identificou ter certificação ambiental.

Quanto ao segundo objetivo percebeu-se que as práticas comuns nas IES são simples em relação a gama de possibilidades existentes atualmente. Mas, os gestores das IES se mostram preocupados em difundir os ideais sustentáveis, por meio de palestras e campanhas, assim como, se utilizam de meios para amenizar a desigualdade social existente na sociedade.

Como resposta ao terceiro e último objetivo específico da pesquisa, tem-se que apesar de nenhuma das IES verificadas possuírem a sua Agenda 21, a maioria delas possui interesse em desenvolver a mesma. Isso identifica que há a preocupação dos gestores das mesmas em ampliar a sustentabilidade das IES.

Em linhas gerais, as respostas evidenciam que as IES analisadas, possuem práticas e ideais sustentáveis, assim como, interesse em ampliar os mesmos. Ainda assim, conclui-se que a sustentabilidade não é abordada conforme sua merecida abrangência e profundidade, identificando-se que as IES ainda possuem práticas e ideais sustentáveis a serem incluídos como parte de seus interesses e de suas ações, para que as mesmas possam estar inseridas no assunto sustentabilidade com a devida relevância a qual o tema faz jus.

Para tanto, se sugere para futuros trabalhos: (i) fazer um comparativo entre IES privadas e IES públicas; (ii) aplicar o questionário em anos posteriores para verificar as mudanças ocorridas nas IES pesquisadas quanto a sustentabilidade, podendo ser utilizado como parâmetro a Agenda 21 global ao invés da Catarinense; e (iii) aplicar o questionário para investigar IES, considerando população e amostra maiores.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, L.; CARVALHO, F. N.; CRISPIM, G. H. Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo, *Anais...* São Paulo: FEA-USP, 2004. CD-ROM.

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental: Responsabilidade e sustentabilidade do negócio.** São Paulo: Atlas, 2009.

ARAYA, M. Negociaciones de inversión y responsabilidad social corporativa: explorando um veículo en las Américas. **Revista Ambiente y desarrollo de CIPMA**, v. XIX, n. 3, p. 74-81, 2003.

BOFF, M. L.; ORO, I. M.; BEUREN, I. M. Gestão ambiental em instituição de ensino superior na visão de seus dirigentes. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 4-13, jan./abr. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. In: Capítulo VI, do meio ambiente, art. 225. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo (Org.). **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

DIAS, R. **Gestão ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

ENSSLIN, L. et al. ProKnow-C, Knowledge Development Process- Constructivist. **Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI**. Brasil 2010.

FEICHAS, S. A. Q.; GUIMARAES, R. P.; BEZERRA, J. Análise do uso dos indicadores de desenvolvimento sustentável Brasil do IBGE e da matriz territorial de sustentabilidade para o monitoramento da implantação da Agenda 21. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 10., 2008, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2008. CD-ROM.

- FRANCO, J. M.; COLPO, K. D.; SUDATI, L. U.; LAVARDA, R. A. B. Análise das práticas organizacionais para um Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA) estudo de caso na ECT – agência de Santiago - RS. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 63-74, maio/ago. 2010.
- FREITAS, C. L.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. **Agenda ambiental na administração pública:** uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL & II CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 11, 2011, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: INPEAU, 2011. CD-ROM.
- GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Evidenciação contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 141-165, abr./jun. 2008.
- GIESTA, L. C. Educação ambiental em organizações certificadas pela ISO 14001: um estudo exploratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 10., 2008, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008. CR-ROM.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Agenda 21 catarinense:** o desenvolvimento sustentável em Santa Catarina. Revisão de JUNQUEIRA, A., mar. 2004. Disponível em: <http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=19&Itemid=46&lang=brazilian_portuguese>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- GRAY, R. Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability... and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. **Accounting, Organizations and Society**. v. 35, p.47-62, 2010.
- GUISSO, R. M.; ENGELMAN, R. Ações de gestão ambiental nas instituições de ensino superior: o que têm sido feito por elas? In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 10., 2008, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008. CD-ROM.
- LIMA, L. C. As empresas descobrindo o potencial da educação ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 10., 2008, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008. CD-ROM.
- MACIEL, C. V.; LAGIOIA, U. C. T.; LIBONATI, J. J.; RODRIGUES, R. N. Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 11, p. 137-158, jan./jun. 2009.
- OLIVEIRA, E. **Sustentabilidade:** A economia mais humana. São Paulo: Salesian, 2009.
- PHILIPPI JR., A; BRUNA, G. C. Política e gestão ambiental. In: PHILIPPI JR, A; ROMÉRO, M. A; BRUNA, G. C. (Org.). **Curso de gestão ambiental.** Barueri: Manole, 2009.
- QUEIROZ, E. F. Levantamento de indicadores ambientais via sistemas de gestão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 10., 2008, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008. CD-ROM
- RAMALHO, L. S.; UHLMANN, V. O.; PFITSCHER, E. D.; RABELO, E. C. Avaliação da sustentabilidade dos aspectos e impactos ambientais de serviços odontológicos: um estudo de caso. **Revista Enfoque: Reflexão contábil**, Paraná, v. 29, n. 1, p. 62-78, jan./abr. 2010.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- UNITED NATIONS WORLD COMMISSION ON

ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, WCED.

Our common future (The Brundtland Report).

Oxford: OUP, 1987.

Endereço dos Autores:

Rua José Marques, 1067

Vila Beatriz

Maracajá – Santa Catarina – Brasil

88915-000